A evolução da população em situação de rua nos municípios goianos entre 2012 e 2020: uma reflexão sobre a pobreza urbana manifestada nas cidades

Jaquelinne Neves de Oliveira
da Universidade Estadual de Goiás – Goiás - Brasil
jaquelinne2703@gmail.com

Resumo: O foco do presente artigo é compreender a evolução da população em situação de rua nos municípios goianos entre 2012 e 2020, mediante a reflexão sobre a manifestação da pobreza urbana nas cidades. Para isso, problematizamos a ausência da contagem oficial da população em situação de rua em nível nacional e o crescente aumento dessa população cadastrada no CadÚnico, do qual se derivam as principais estimativas. Bem como compreender a problemática que anteriormente predominava nos principais núcleos urbanos do estado, sendo mais expressivo em grandes regiões centrais e, principalmente, em regiões metropolitanas, passa a se interiorizar como a dinâmica territorial. Para isso, tem-se os municípios goianos, uma vez que Goiás exerce uma dinâmica significativa no território nacional. O artigo tem como objetivo principal suscitar, sob o ponto de vista epistemológico, o debate sobre a população em situação de rua em duas dimensões: agenda de pesquisa em geografia e subsídio à discussão na agenda política, no que tange a gestão territorial na esfera estadual, tendo em vista que o problema transpõe a escala municipal.

Palavras-chave: Pobreza. Urbana. Desigualdades. População. Rua. Goiás.

Considerações iniciais

A incidência de população em situação de rua nas cidades contemporâneas expressa na paisagem urbana a dimensão desigual na qual ocorreu o desenvolvimento da sociedade. A organização social desenvolvida sob a égide desigualitária não é um fenômeno contemporâneo, tal qual exposto por Piketty (2020, p. 12) ao apresentar que um regime desigualitário "caracteriza-se por um conjunto de discursos e dispositivos institucionais que visam justificar e estruturar as desigualdades econômicas, sociais e políticas de uma determinada sociedade". As relações socioeconômicas se orientam de modo a desenvolver uma sociedade desigual, fato que pode ser facilmente constatado em indicadores sociais como analfabetismo, extrema pobreza, insegurança alimentar, dentre outros.

O artigo 7º da Constituição Federal de 1988 apresenta a moradia como um direito fundamental dos trabalhadores urbanos e rurais, sendo que o artigo 23 indica como competência da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal a promoção de programas relacionados à melhoria e construção de moradias (BRASIL, 1988). De acordo com Souza (2018),

> Os movimentos sociais urbanos, populares e reivindicatórios de bens e equipamentos coletivos e de moradia, articulados, em geral, ao nível do bairro ou de uma localidade, que surgiram na França da segunda metade dos anos de 1960 e, posteriormente, em outros países, suscitaram uma série de debates perpassados pelo tema da pobreza urbana. No Brasil, os movimentos sociais urbanos, predominantemente em torno da propriedade da terra e da moradia, se expandiram a partir de meados da década de 1970, também, ampliando a discussão da inserção dos mais pobres nas cidades. (SOUZA, 2018, p. 2).

Embora já se tenha passado mais de três décadas da promulgação do texto constitucional, da Política Nacional de Habitação e dos marcos regulatórios de assistência social e Política Nacional para a População em Situação de Rua/2009, o acesso à habitação ainda é relegado à parte significativa da população brasileira. A paisagem urbana é produzida sob os aspectos contextuais sociais, históricos e econômicos até agora mencionados, fato que pode ser constatado atualmente na presença de população de rua em bairros populares, núcleos comerciais, rodoviárias de transporte intermunicipal, dentre outras espacialidades. O fenômeno em questão, antes característico dos grandes núcleos urbanos e regiões metropolitanas, recentemente se interiorizou nas áreas urbanas de municípios com baixo padrão demográfico.

Nessa perspectiva, a Região Centro-Oeste tem se destacado como um eixo de atração populacional significativo no Brasil, que sob a ótica regional, o Estado de Goiás vem apresentando um saldo migratório interestadual. Com um crescimento populacional expressivo, no qual a estimativa populacional para o ano de 2020 alcançou cerca de 7.113.540 habitantes (IBGE, 2020), ressalta-se, sobretudo, o papel do eixo Goiânia – Anápolis – Brasília e a mesorregião Sul goiano. É nesse primeiro eixo que se concentra a maior parcela da população goiana e onde se observa as principais mazelas sociais como pobreza, desemprego e violências, o que aponta, nesse sentido, para a necessidade da união de ações no que diz respeito às políticas públicas e à gestão urbana.

Diante desses apontamentos e o contexto de crescente evolução da população em situação de rua, discute-se a evolução da dinâmica socioespacial dessa população nos municípios goianos entre 2012 e 2020 sob a perspectiva da reflexão sobre a manifestação da pobreza urbana nas cidades. Para tal, inicia-se com breve revisão bibliográfica que tem como objetivo analisar a problemática da população em situação de rua, com foco a entender os processos que têm agravado essa situação. Busca-se espacializar o crescimento da população de rua nos municípios goianos a partir dos dados do Cadastro Único[1], assim como apresentar a situação socioeconômica dessa população vulnerável.

[1] Por definição do Ministério do Desenvolvimento Social, o Cadastro Único de Programas Sociais (CADÚnico), foi criado no ano de 2001, com o objetivo de reunir informações sobre as condições de vida

Dessa forma, o artigo tem um caráter bibliográfico e de análise estatística.

Pobreza urbana e urbanização

De acordo com Corrêa (2003), como toda ciência, a geografia possui alguns conceitos chaves capazes de sintetizar a sua objetivação, ou seja, o ângulo específico com que a sociedade é analisada. Por ser uma ciência social, o autor aponta que a geografia é objetivada via cinco conceitos chave, que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre, são eles: paisagem, região, espaço, lugar e território. Além do forte grau de parentesco, o que também é comum a esses conceitos é a polissemia que adquirem ao longo da história do pensamento geográfico, uma vez que conceitos são construções históricas que assumem diferentes significados e acepções. Essa polissemia é marcada pelo caminho epistemológico, ou seja, o método, que para Spósito (2004, p. 23) é "um instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para sua interpretação."

Ao longo da história, a ação humana modela a superfície terrestre gerando fenômenos tais como a pobreza urbana. O meio urbano e, principalmente a cidade, transformam-se em um palco dos problemas estruturais e culturais resultantes de questões sociais, êxodo rural, baixos rendimentos e ausência de políticas públicas. Segundo Santos (1993, p. 10), "a cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico do qual é o suporte como por sua estrutura física [...] A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial".

Segundo Souza (2018), o tema "pobreza" passou a receber atenção no discurso referente às questões urbanas somente na década de 1970. Já no final do século XX e início do século XXI, houve um agravamento desse tema, o que fez com que ele se tornasse alvo de debates e pesquisas, principalmente em meios acadêmicos inseridos na perspectiva da reestruturação econômica e da globalização. Engels (2010), tendo como ambiente de reflexão a Inglaterra de 1845 e encabeçando as bases das abordagens dos estudos sistemáticos sobre a pobreza, viu no capitalismo a raiz da pobreza. Desse modo, o desemprego, o subemprego e a exploração das classes seriam consequências do modelo

da população mais vulnerável em todo o território, como famílias em condição de pobreza, extrema pobreza, e de baixa renda. Sobre a população em situação de rua, reúne dados entre 2012 e 2022 (ano atual).

de produção capitalista, revelando na paisagem as desigualdades. As abordagens da pobreza, do final do século XIX e início do século XX, são marcadas pela perspectiva econômica, da privação, da desigualdade e da exploração pelo sistema. Em contraste a essa visão, Santos (2013, p. 18) traz a ideia de que "a pobreza[2] não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política [...]. Estamos lidando com um problema social".

Nesse sentido de contraste, pode-se considerar diferentes perspectivas sobre a pobreza, ou seja, (1) a pobreza pautada em bases economicistas do século XX, (2) a pobreza de cunho social da década de 1970 e (3) os debates recentes sobre a pobreza urbana (sob a perspectiva marxista frente a globalização e a pobreza urbana sob a perspectiva da vulnerabilidade social) do final do século XX e início do século XXI (SOUZA, 2018).

Quadro 01 – Diferentes perspectivas sobre o estudo sistemático da pobreza

(1) A pobreza pautada em bases economicistas	Século XX	Principais reflexões de autores dessa perspectiva: -carência de necessidades, Crespo e Gurovitz (2002) -pobreza relacionada diretamente ao desenvolvimento -critério de pobreza, definido pela renda familiar
(2) A pobreza de cunho social	Década de 1970	Marco na discussão das questões urbanas – tema POBREZA -contrapor a noção de pobreza como mera carência de renda, político e social -contexto mais amplo da exploração da força de trabalho e a desigualdade social -Seminário Nacional sobre Pobreza Urbana e Desenvolvimento (1978), Milton Santos, Pobreza Urbana
(3) Debates recentes sobre a pobreza urbana	Final do século XX e início do século XXI	Principais reflexões -debate sobre os impactos sociais e espaciais da globalização -mudança no papel das cidades, divisão social e espacial do trabalho, reestruturação econômica, condição de vulnerabilidade social (desvantagens sociais e cerceamento de direitos), insegurança social

Fonte: Baseado no artigo de SOUZA, 2018

Como apontado por Santos (2013) em seu livro *Pobreza Urbana*, "a pobreza existe em toda a parte, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade", pois trata-se de um problema social, de modo que existem "diferentes tipos de pobreza, tanto a nível internacional quanto dentro de cada país" (SANTOS, 2013, p. 18). Se a pobreza perpassa por uma noção histórica, social e econômica nos estudos de Santos, é possível

[2] Santos (2013) apresenta a visão de I. Buchanan (1972), onde "O termo pobreza não só implica um ESTADO DE PRIVAÇÃO MATERIAL como também um MODO DE VIDA - e um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação insegura", para ressaltar que o tema pobreza exige um tratamento dinâmico.

estabelecer um paralelo com a seguinte análise de Sarmento (2020):

> Os fenômenos históricos não são isolados, mas sucessivos. Não se pode conceber o fenômeno deslocado do processo histórico e social, como se eles fizerem parte das ciências naturais, como um fato dado, como se essas pessoas fossem as responsáveis pela situação que vivenciam. Ha que se trazer à baila os fatores mais marcantes de um delinear que pareceu engendrar a atual circunstância de desigualdades sociais e, consequentemente, dos desabrigados. (SARMENTO, 2020, p. 6)

Em suma, a pobreza urbana se manifesta nas diferentes formas espaciais e um de seus conteúdos manifestado nas cidades é a presença de população em situação de rua em áreas urbanas. Dessa maneira, podemos entender que a pobreza urbana é uma das manifestações típicas das cidades que se desenvolvem sob a égide do modo de produção capitalista. Conforme já bastante discutido em Harvey (2005), a produção capitalista do espaço é marcada pelo desenvolvimento geograficamente desigual. Como ensinado pelo geógrafo, o processo urbano, sob o capitalismo, é moldado pela lógica da circulação e da acumulação do capital, portanto, todos aqueles indivíduos que por diversos motivos sejam excluídos dos processos de circulação e acumulação do capital terão dificuldades de se inserir nos moldes dessa sociedade. A esses indivíduos restará o suporte das esferas sociais do Estado ou se incluírem aos ambientes urbanos, visto que neles buscam o mínimo para sua sobrevivência na condição de "moradores" de rua. Sendo assim, entendemos que o estudo da pobreza urbana é também um estudo sobre o processo de urbanização sob a égide do capitalismo.

Como proposto por Harvey (2005), nos parece conveniente investigar o papel que o processo urbano desempenha na reestruturação das atividades humanas e na dinâmica político-econômica do desenvolvimento geográfico desigual dos tempos mais recentes. É importante entendermos como os processos urbanos podem levar um grupo considerável de pessoas a situações extremas de pobreza em que a única saída encontrada é a vida nas ruas das cidades. Cidades essas, tais como as cidades brasileiras, marcadas por uma urbanização rápida, de intensa evolução demográfica e com sobreposição de processos por uma modernização seletiva e conservadora que é, portanto, responsável por uma intensa concentração da pobreza e desigualdades nas cidades. Esse histórico de desigualdade no Brasil advém do processo de colonização, de uma estrutura socioeconômica derivada da desigualdade social e racial, da concentração de terras e do baixo nível de renda de grande parte da população de desabrigados (SARMENTO, 2020). Ou seja, à medida que as cidades se desenvolvem, as desigualdades sociais avançam. Enquanto isso, nas esferas política e social, as leituras sobre a crise urbana, as

teorias dualistas, os aspectos políticos da pobreza e a divulgação midiática confusa sobre o tema criam barreiras para se pensar o "problema da pobreza" (SANTOS, 2013).

Paisagem urbana e desigualdades socioespaciais: (in)visibilidade da população em situação de rua no Brasil

O processo de urbanização direcionou as cidades à centralização das formas, funções e estruturas – elementos considerados imprescindíveis à análise urbana (LEFEBVRE, 2008). Nesse processo, as contradições da sociedade capitalista são manifestadas na paisagem urbana. A abordagem da paisagem é caracterizada pela multidisciplinaridade, que corrobora a reflexão de Cosgrove (2004), em que:

> [...] a paisagem está intimamente ligada a uma nova maneira de ver o mundo como uma criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa, cuja estrutura e mecanismo são acessíveis à mente humana, assim como ao olho, e agem como guias para os seres humanos em suas ações de alterar e aperfeiçoar o meio ambiente. [...] paisagem é um conceito complexo de cujas implicações desejo especificar três: (i) um foco nas formas visíveis de nosso mundo, sua composição e estrutura espacial; (ii) unidade, coerência e ordem ou concepção racional do meio ambiente; (iii) a ideia de intervenção humana e controle das forças que modelam e remodelam nosso mundo. (COSGROVE, 2004, p. 99).

Considerando os elementos mencionados, ao analisar a produção do espaço urbano, Carlos (2011) o compreende a partir da noção de "espaço - mercadoria" no qual, como as demais mercadorias, o espaço passa a possuir valor de troca e valor de uso, sendo que o primeiro constantemente se sobrepõe ao segundo. Em encontro a essa compreensão, Maricato (2000) ao analisar a "cidade-mercadoria", demonstra que a cidade dissimula, invisibiliza cultural e politicamente o surgimento da cidade ilegal, a expansão espacial da pobreza, a violência urbana nas suas diferentes formas e a exclusão, como parte de estratégias de dominação próprias do capitalismo periférico e do urbanismo de mercado. É como se a pobreza urbana não fizesse parte da virtualidade da cidade reinventada para os negócios (Maricato, 2000).

As desigualdades socioespaciais marcaram a paisagem metropolitana, fato que pode ser facilmente constatado no processo de periferização e favelização, como apontado por Villaça (2006. p. 373), ou mesmo mediante a precarização dos meios de transporte coletivo, que reverberam, como apontado por Alves (2011), no fenômeno de (i) mobilidade urbana.

Calabi (2012) aponta a preocupação com o assentamento urbano – que se origina das transformações sofridas pela atividade industrial – na alteração entre as relações entre cidade e espaço rural, não apenas por meio das intervenções nas vias de

comunicação, como também no fluxo migratório para áreas urbanizadas, habitação operaria, circulação e espaços verdes, higiene e debate estético. Nesse sentido, o processo de valorização fundiária que ocorre nas metrópoles brasileiras direcionou parte do setor produtivo às cidades médias e/ou polos regionais, processo denominado por Santos (2009) de desmetropolização, ou involução metropolitana. Nesse processo, juntamente com a mudança locacional das matrizes industriais para as Cidades Médias, ocorrem paralelamente fenômenos socioespaciais que influenciam no uso e ocupação do solo urbano como, por exemplo, incremento demográfico, expansão dos loteamentos urbanos, valorização fundiária das áreas centrais, crescimento da pobreza urbana, dentre outros.

A presença de pessoas estabelecendo suas relações cotidianas predominantemente nas ruas não é fato pontual do Brasil, muito menos do tempo presente. Castell (2015) aponta que no século XVI, a ausência de domicílio era um dos elementos utilizados para delimitação dos vagabundos na sociedade pré-industrial. À essa delimitação, resgata-se as noções de território e a estreita relação com a cidade e a paisagem urbana. A formação do território a partir do espaço (RAFFESTIN, 1993) nos permite compreender que esse processo é orientado pela ação de ator, ou atores, no qual a sociedade se encontra frente a necessidade de organizar o campo de sua ação, em que somos atores sintagmáticos que produzimos "territórios".

> O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço". [...] O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como, se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Contudo, pode-se resultar no que Bresciani (1982) apresentou sobre o sentimento de insegurança e sensação de insalubridade presente nas ruas de Paris e Londres no século XIX[3]. Engels (2010), em sua obra escrita em 1844 e publicada em 1845, aponta que essa mesma espacialidade se configurava enquanto local de repouso para milhares de pessoas. Ao analisar o exemplo londrino o autor aponta que:

> No fim das contas, porém, os que dispõem de todo modo de um teto são mais felizes que aqueles que não o têm: todas as manhãs, em Londres, 50 mil

[3] A "*ausência de domicílio*" na perspectiva de Castell (parágrafo anterior), a leitura de Raffestin sobre o "*território*" que se forma corroboram com o "*sentimento de insegurança e sensação de insalubridade*" apresentados por Bresciani no livro "*Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*".

> pessoas acordam sem a menor ideia de onde repousarão a cabeça na noite seguinte. [...] Pois bem: dormem em qualquer lugar, nas esquinas, sob uma arcada, num canto qualquer onde a polícia ou os proprietários os deixem descansar tranquilos. (ENGELS, 2010, p. 75).

No Brasil, a palavra tranquilidade não é bem aplicada no que tange o sentimento de inseguridade da população em situação de rua. Essa afirmação pode ser constatada sem grande esforço, tendo em vista as experiências sub-humanas noticiadas com certa frequência no país como a chacina da Candelária no ano de 1993; o assassinato do índio Galdino no plano piloto da capital federal em 1997; a atuação de agentes públicos na cidade de São Paulo ao acordar indivíduos que dormiam na praça da Sé com jatos de água fria no ano de 2017 e, mais recentemente, as estratégias empregadas pelo mercado imobiliário e a arquitetura hostil que adotam práticas pautadas em aporofobia[4].

No Brasil, em contrapartida, as diferentes formas e graus de exclusão e omissão estatal para com esse grupo, tem configurado na perspectiva das regiões metropolitanas. Conforme consta na tabela 01, até o último levantamento de 2014-2015 havia cerca de 559 unidades de prestação de serviços de assistência social privada sem fins lucrativos com serviço especializado para pessoas em situação de rua. Dentre as principais unidades de assistência à pessoas em situação de rua estão o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop; o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS; o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS. Entretanto, Sarmento (2020) aponta para a dificuldade de acesso aos benefícios e os aspectos burocráticos para a obtenção deles, como no caso de programas como programas de transferência de renda, programas habitacionais e atendimentos médicos.

Tabela 01 – Regiões Metropolitanas: Total de unidades de prestação de serviços de assistência social privada sem fins lucrativos com serviço especializado para pessoas em situação de rua, por faixa etária do público-alvo, 2014-2015

Regiões Metropolitanas	Total de serviço especializado para pessoas em situação de rua	Faixa etária do público-alvo				
		0 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	**559**	**162**	**205**	**224**	**426**	**376**
Região Metropolitana de Belém	-	-	-	-	-	-
Região Metropolitana de Fortaleza	6	1	2	1	4	3

[4] A definição deriva do Repúdio, aversão ou desprezo pelos pobres ou desfavorecidos; hostilidade para com pessoas em situação de pobreza ou miséria.

Regiões Metropolitanas	Total de serviço especializado para pessoas em situação de rua	Faixa etária do público-alvo				
		0 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
Região Metropolitana de Recife	6	2	4	4	4	2
Região Metropolitana de Salvador	10	4	6	6	7	4
Região Metropolitana de Belo Horizonte	14	4	5	5	12	11
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	17	3	6	6	14	6
Região Metropolitana de São Paulo	77	12	13	19	69	55
Região Metropolitana de Curitiba	19	7	11	9	13	10
Região Metropolitana de Florianópolis	5	1	1	1	3	3
Região Metropolitana de Porto Alegre	12	5	7	7	7	3
Região Metropolitana de Goiânia	9	4	5	6	8	5

Fonte: IBGE (2014-2015)

A deficiência e negligência para com esses sujeitos continua a perpetuar o que foi observado por Carvalho (1987) que, ao analisar a situação dos "meninos de rua" em Goiânia, constatou o sentimento de insegurança vinculado à diferentes agentes sociais como a polícia, da qual "eles têm pavor"[5], ou mesmo do "petrão", denominação concedida ao "chefe dos malas"[6]. No dia 04 de abril de 1988, a autora descreveu a experiência de passar uma noite com os sujeitos de sua investigação, em suas palavras:

> Dormi mais uns minutinhos até que o relógio bateu quatro horas da manhã. Faltavam somente duas horas que não devia ser nada, para quem ficou até então. Às seis horas acordei as meninas. As pessoas passavam e nos olhavam ali, aquele amontoado de gente. GENTE? Dormindo sobre chuva e sob chuva e sob o frio. Por nenhum momento me senti gente por ali. Os ratos têm mais dignidade, pois gente não foi feito para viver ao relento desse jeito. Criança não foi feita para dormir na rua e ficar doente por omissão dos que mantêm o poder global. [...] Eu não sentia medo, mas nojo de uma situação de vida, ou sobrevida em que vivem os meninos de rua. (CARVALHO, 1987, p. 143).

[5] (CARVALHO, 1987, p. 38). No livro "*Tô Vivu. Histórias dos meninos de rua*", a autora e pesquisadora Maria Avelina relata o medo que meninos e meninas de rua sentem dos policiais. Relata também a violência física e psicológica envolvida nessa relação.

[6] (CARVALHO, 1987, p. 30). No livro "*Tô Vivu. Histórias dos meninos de rua*", a autora e pesquisadora Maria Avelina coletou alguns dados do repertório verbal dos meninos de rua com base na vivencia direta com a realidade a qual eles eram expostos diariamente. As denominações "petrão" e "chefe dos malas" se referem a uma pessoa adulta (maior) que controla os grupos de menores (crianças ou adolescentes), tomando o dinheiro que esses menores porventura tenham conseguido.

Embora o relato da autora tenha ocorrido há mais de três décadas, o fenômeno em questão faz-se presente nas metrópoles brasileiras como observado também no texto de Santos (2003) que, de maneira metafórica, aponta o surgimento das "cidades de plástico e papelão" na cidade de São Paulo. Embora a problemática esteja posta na paisagem urbana, é possível observar a negligência com o tema no desenvolvimento de indicadores estatísticos, uma vez que ao não incluírem esses sujeitos, os desumanizam.

A população em situação de rua nos municípios goianos: analise estatística entre 2012 e 2020

A população do estado de Goiás é predominantemente urbana (90,29%), tendo em apenas 22 municípios predomínio de pessoas residindo em áreas rurais (IBGE, 2010). Em 2020 foram registradas 2.449 famílias em situação de rua, sendo que 46,06% estavam concentradas na capital estadual (MDS, 2021). O grupo populacional em questão é caracterizado, predominantemente por pessoas em situação de vulnerabilidade social que se manifesta na ausência de renda regular, residência e falta de acesso a serviços públicos e benefícios sociais tais como o Programa Bolsa Família (ao qual 26,19% dessa população não teve acesso no ano de 2020). A exposição à insegurança, como nos casos de ataques violentos, e acesso a substâncias psicoativas também se fazem presentes (GOIÂNIA, 2019) na realidade da população de rua. Essas questões, dado a mobilidade da população, também estão relacionadas ao nosso modelo de urbanização. Estudar essa dinâmica, do ponto de vista da geografia é, portanto, uma tarefa urgente para romper com a invisibilidade a qual essas pessoas estão submetidas e retomar a justiça social por meio de política públicas.

Ocorreu um aumento significativo de famílias em situação de rua no estado de Goiás, passando de 51 no ano de 2012 à 2.449 em 2020, o que significa uma multiplicação de 48,01 vezes (MDS, 2020). Em 2012, o fenômeno foi registrado em apenas 16 municípios goianos, evoluindo para 131 municípios em 2020. A dinâmica territorial indicada na figura 01 incide na interiorização de uma problemática que anteriormente predominava nos principais núcleos urbanos do estado. Em esfera nacional, até março de 2020 tínhamos um número estimado de 221.869 pessoas em situação de rua (IPEA, 2020), sendo que a estimativa não inclui os possíveis reflexos da crise provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Nesse mesmo estudo, entre setembro de 2012 a março de 2020, aponta-se uma taxa de crescimento de 18,5% da população em situação de rua nos municípios pequenos ou médios, ressaltando, segundo o IPEA (2020), "a necessidade

de se pensar em políticas públicas adequadas a essas localidades". Em esfera estadual, a dinâmica em questão nos permite levantar a hipótese de que a problemática relacionada à população em situação de rua passa por um processo de interiorização no território goiano.

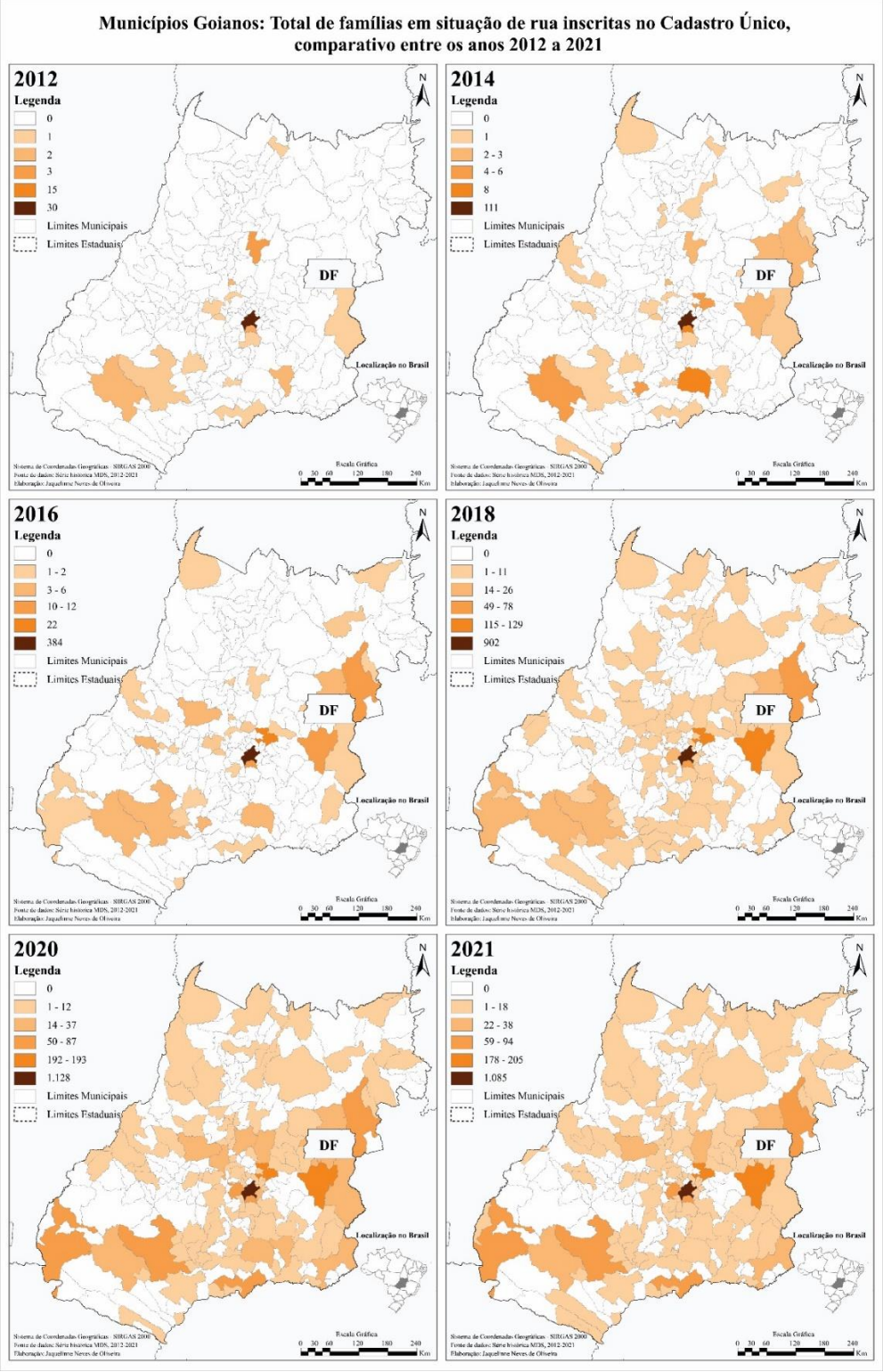

Figura 01 – Municípios Goianos: Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único, comparativo dos anos de 2012 e 2021
Fonte: MDS, 2012-2021**.** Elaboração: Jaquelinne N. de Oliveira

Por que a problemática que anteriormente predominava nos principais núcleos urbanos do estado, sendo mais expressivo em grandes regiões centrais e principalmente em regiões metropolitanas, passa a se interiorizar como a dinâmica territorial indicada na Figura 01? Um questionamento que encontra limites e desafios a serem debatidos e respondidos, visto que é preciso pontuar que a espacialização do fenômeno em escala estadual incide apenas na população cadastrada na plataforma oficial do governo federal, pois há poucas informações sobre o perfil socioeconômico (idade, renda, origem, sexo, escolaridade, profissão e vínculos familiares) da população em situação de rua nos municípios goianos.

O levantamento mais recente sob o título de Censo e Perfil da População de Rua na cidade de Goiânia foi feito em 2014-2015. Em 2019, os estudos do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Criminalidade e Violência (NECRIVI) identificou 353 pessoas em situação de rua em Goiânia. Dentre essas pessoas identificadas pelo estudo (Figura 02), não se incluiu catadores de reciclados, trabalhadores de rua e outros, uma vez que "embora tenham a rua como espaço de sociabilidade e de sobrevivência econômica, possuem um local de moradia" (GOIÂNIA, 2019).

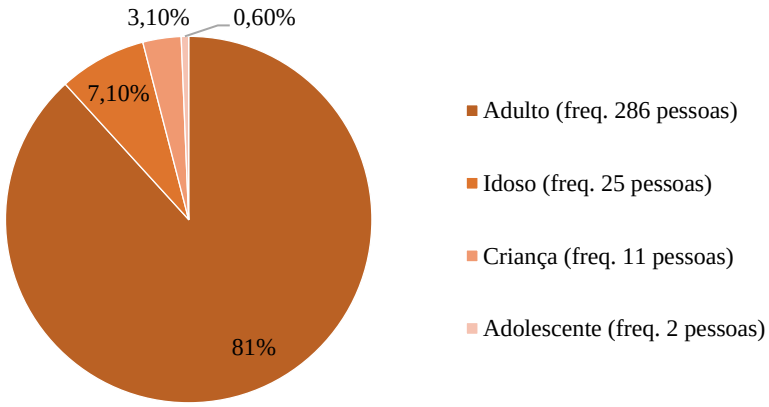

Figura 02 – Perfil da população em situação de rua quanto idade (%)
Fonte: GOIÂNIA (2019). Adaptação: Jaquelinne N. de Oliveira

Entretanto, os estudos do Núcleo de Estudos sobre o Trabalho (NEST)[7] identificou que dos 435 trabalhadores/as mapeados, segundo os tipos de moradia, cerca de 16,1% (frequência de 5 pessoas) dos catadores/as de materiais recicláveis, entre homens e mulheres, estão em situação de rua. Tendo aberto um parêntese para a

[7] Em consideração aos questionários aplicados para a identificação de catadores/as de materiais recicláveis, contabilizou 31 questionários aplicados (NEST, 2019).

apresentação dos dados mapeados pelo NEST, os estudos do NECRIVI apontaram o perfil da população em situação de rua (Figura 03) – que estão nas ruas e/ou em vulnerabilidade social. Em sua maioria são pessoas sozinhas (91,8%), do sexo masculino e que se identificam como negros (75,4% - frequência de 266 pessoas). Contudo, até os últimos dados levantados nos estudos do NECRIVI, não foi considerado o gênero.

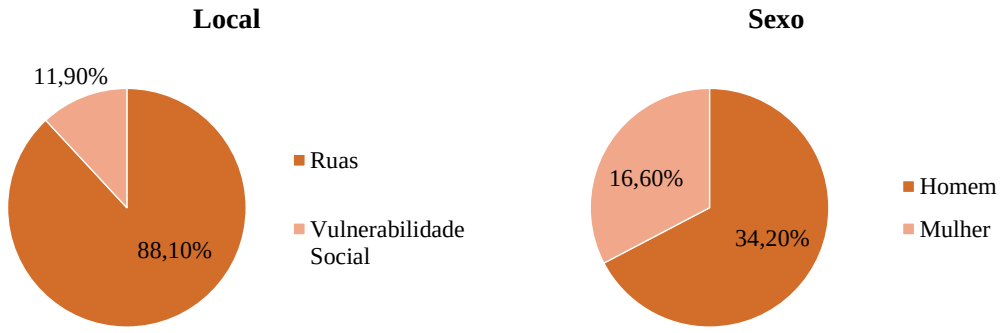

Figura 03 – Perfil da população em situação de rua, quanto ao local e sexo (%)
Fonte: NECRIVI (2019). Adaptação: Jaquelinne N. de Oliveira

Quanto ao tempo e o motivo principal de estarem em situação de rua, a pesquisa apontou (Figura 04) que grande parcela dessa população se encontra há mais de dois anos nas ruas e o principal motivo são problemas familiares. Embora o problema com drogas esteja entre os três principais motivos, foi identificado que o consumo de álcool – cerca de 66,3% – é a substancia psicoativa de maior destaque.

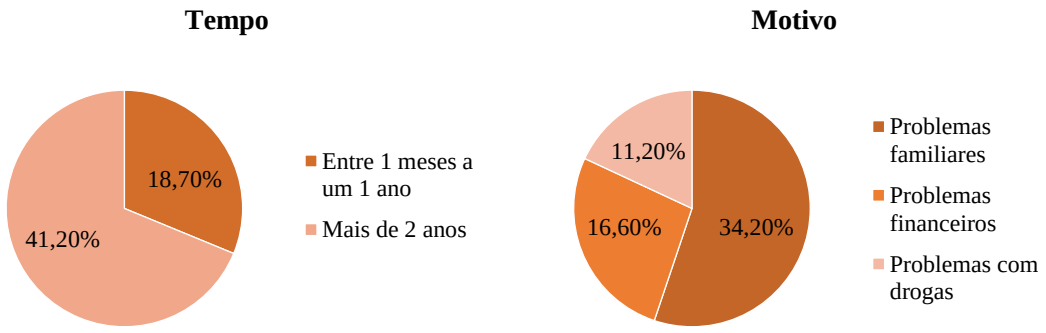

Figura 04 – Perfil da população em situação de rua, quanto ao tempo e motivo (%)
Fonte: NECRIVI (2019). Adaptação: Jaquelinne N. de Oliveira

Quanto a violência sofrida pela população em situação de rua (Figura 05), cerca de 63,6% pessoas já sofreram violência, destacando principalmente agressão física, agressão verbal, ameaça e furto.

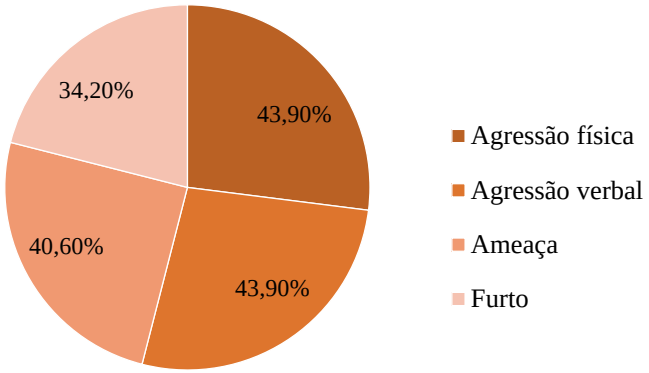

Figura 05 – Perfil da população em situação de rua, quanto a violência sofrida (%)
Fonte: NECRIVI (2019). Adaptação: Jaquelinne N. de Oliveira

Quanto as atividades remuneradas, cerca de 48,1% não possuem trabalho, e cerca de 61,5% já trabalhou de carteira assinada. Nesse aspecto, cabe uma reflexão decorrente tanto na esfera nacional quanto na estadual e municipal: o desemprego leva as pessoas a situação extrema das ruas? Por fim, o estudo indicou que 74% desse público não dispõe de documentos pessoais, fato que nos indica valores ainda mais emblemáticos (GOIÂNIA, 2019).

No caso do Distrito Federal, como aponta Sarmento (2020), Brasília apresenta 38,20% de pessoas em situação de rua localizadas, principalmente, na região Central (37,30%) e na Asa Norte (38,30%). A autora destaca que

> Assim como em todo o país, a população em situação de rua do Distrito Federal é terminantemente heterogênea, despadronizada, diferindo-se ainda em níveis de acesso, alcanço e conhecimento quanto aos programas sociais e aparelhos públicos que podem beneficiar o grupo. (Sarmento, 2020, p. 26).

Nessa perspectiva, Goiânia, como capital e cidade metropolitana, apresenta uma característica de atração de fluxos migratórios socioeconômicos, no qual, em parte, as pessoas estão em busca de trabalho e equipamentos. Apesar de os dados desses estudos se mostrarem um grande passo para quantificar e qualificar a população de rua, é fundamental compreender que não se pode apontar que eles sejam um padrão característico da população em situação de rua nos municípios goianos, principalmente nos municípios interioranos.

Considerações provisórias

Assim como defende Santos, a "pobreza não é uma questão isolada, e não deve ser tratada como tal" (SANTOS, 2013, p. 23). A ideia da denominação "população em situação de rua", a primórdio, parece uma ideia institucional que permite questionamentos como: sob um ponto de vista cientifico, como podemos considerar os elementos que de algum modo caracterizam esses sujeitos? Sob uma perspectiva socioespacial e sociológico, eles seriam parte do precariado brasileiro e/ou do proletariado? Como pensar esses sujeitos sociais sob o ponto de vista do debate cientifico e não sob o ponto de vista da institucionalidade do Estado?

A análise proposta buscou apresentar dados iniciais e questões para a busca da compreensão do fenômeno da população em situação de rua. Os dados apresentados e as questões levantadas vão ao encontro da seguinte ideia de Senetta:

> A cidade não é simplesmente um lugar para viver, para passear e levar as crianças para brincar. É um lugar que implica questionar como nos conduzimos moralmente, como desenvolvemos o nosso senso de justiça, como nos comunicamos com as pessoas que diferem de nós e até que ponto estamos dispostos a delas aprender. Em suma: a cidade é um lugar que nos ensina como um ser humano vem a ser humano. (Apud Bo Grönlund, p.2).

Dentre os avanços e limites no estudo da população em situação de rua no Brasil, bem como na perspectiva da interiorização do fenômeno nos municípios goianos, algumas considerações merecem destaque:

a. No Brasil, o histórico de desigualdade advém desde o período da colonização, exploração e concentração de riquezas;
b. A pobreza, a fome e a miséria foram incorporadas na agenda política nos anos 90, sendo a pobreza no Brasil um caráter distributivo. Ou seja, o problema é estrutural e cultural, e encontra bases na má distribuição de renda e na estrutura da sociedade capitalista;
c. A população em situação de rua é heterogênea, não segue um padrão definido, difere-se em níveis de acesso às políticas e programas sociais. Entretanto, uma característica comum é o quadro de vulnerabilidade em que se encontram;
d. É preciso um diálogo multidisciplinar para compreender a complexidade do processo do crescimento da população em situação de rua na metrópole goiana, bem como, da interiorização do fenômeno da população em situação de rua;
e. Os procedimentos metodológicos, em suma, encontram barreiras e desafios quanto a abordagem, considerando a situação em que a população está submetida.

Além disso, atualmente, soma-se a isso os riscos e dificuldades da pesquisa frente a pandemia provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e suas variantes.

Enfim, são muitos desafios que se colocam neste momento de crescente evolução da população em situação de rua, entretanto é preciso "abrir os olhos para o quadro de miséria generalizada em consequência do quadro das satisfações que a dissimulam e que se tornam os meios de eludi-la e de evadir-se dela" (LEFEBVRE, 2008).

Nota

Artigo resultante das reflexões iniciais elaboradas no âmbito do processo de desenvolvimento da dissertação de mestrado (2021- em andamento) titulada "URBANIZAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL: a evolução da população em situação de rua nos municípios goianos entre 2012 e 2021", orientada pela Prof.ª Dr.ª Tathiana Rodrigues Salgado, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Goiás. Apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

The evolution of the homeless population in Goiás municipalities between 2012 and 2020: a reflection on urban poverty manifested in cities

Abstract: The purpose of this article is to understand the evolution of the homeless population in Goiás municipalities between 2012 and 2020 by reflecting on the manifestation of urban poverty in cities. For this, we problematize the absence of an official count of the homeless population at the national level, and the growing increase of this population registered in the CadÚnico, from which derives the main estimates. As well as to understand the problem that previously predominated in the main urban centers of the state, being more expressive in large central regions and mainly in metropolitan areas, it starts to be internalized as the territorial dynamics. For this, there are the Goiás municipalities, since Goiás exerts a significant dynamic in the national territory. The article has as main objective to raise, under the epistemological point of view, the debate about the homeless population in two dimensions: research agenda in geography and subsidy to the discussion on the political agenda, regarding the territorial management in the state sphere, considering that the problem transposes the municipal scale.

Keywords: Urban poverty. Landscapes. Inequalities. Homeless population. Municipalities of Goiás.

La evolución de la población sin hogar en los municipios de Goiás entre 2012 y 2020: una reflexión sobre la pobreza urbana manifestada en las ciudades

Resumen: El enfoque de este artículo es entender la evolución de la población sin hogar en los municipios de Goiás entre 2012 y 2020, reflexionando sobre la manifestación de la pobreza urbana en las ciudades. Para ello, problematizamos la ausencia de un recuento oficial de la población sin hogar a nivel nacional, y el aumento creciente de esta población registrado en el *CadÚnico*, del cual se derivan las principales estimaciones. Así como entender el problema que antes predominaba en los principales centros urbanos del estado, siendo más expresivo en las grandes regiones centrales y especialmente en las áreas metropolitanas, comienza a interiorizarse como la dinámica territorial. Para ello, están los municipios de Goiás, ya que este ejerce una importante dinámica en el territorio nacional. El artículo tiene como objetivo principal suscitar, desde el punto de vista epistemológico, el debate sobre la población en situación de calle en dos dimensiones: agenda de investigación en geografía y subsidio a la discusión en la agenda política, en la que se trata la gestión territorial en el ámbito estatal, teniendo en cuenta que el problema se traslada a la escala municipal.

Palabras clave: Pobreza urbana. Paisajes. Desigualdades. Población sin hogar. Municipios de Goiás.

Referências

ALVES, Glória da Anunciação. A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p. 109-122.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal -1-pl.html. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº7053** de 23 de dezembro de 2009. Política Nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7053&ano=2009&ato= b99MzZE5UeVpWT33d. Acesso em: 27 jun. 2021.

BRASÍLIA, Jornal de. **Caso Galdino**: o que aconteceu com os envolvidos? Jornal de Brasília (2017). Disponível em: <https://jornaldebrasilia.com.br/blogs-e-colunas/brasilia-assombrada/caso-galdino-o-que-aconteceu-com-os-envolvidos/>. Acesso em: 20 jan. 2021

BRESCIANE, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. Brasília, Editora Brasiliense, 1982.

CALABI, Donatella. O mal da cidade – diagnóstico e terapia. In. **História do Urbanismo Europeu**, 2012.

CARLOS. Ana Fani Alessandri. Da "Organização" à "Produção" do Espaço no Movimento do Pensamento Geográfico. In: CARLOS, A.F.A. Souza, M.L. SPOSITO, M.E.B**. A Produção do Espaço Urbano**: Agentes e Processos, Escalas e Desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p. 56-73.

CARVALHO, Maria Avelina de. **Tô Vivu**: histórias dos meninos de rua. Goiânia, CEGRAF, 1987.

CASTEL, Roberto. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, Editora Vozes, 2015.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. 92-123p. In: org CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FREITAG, Barbara. **Teorias da cidade**. Campinas, SP: Papirus, 2006.

G1 (2021). GLOBO, O. **Aporofobia**: conheça o significado da palavra usada em campanha por Padre Júlio Lancellotti no país. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/12/10/padre-julio-lancellotti-faz-campanha-contra-a-aporofobia-no-pais-conheca-o-significado.ghtml. Acesso em: 11

dez. 2021

G1 (2017). GLOBO, O. **Moradores de rua são acordados com jatos de água fria em SP**, diz CBN. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/moradores-de-rua-sao-acordados-com-jatos-de-agua-fria-em-sp-diz-cbn-21607407#:~:text=S%C3%83O%20PAULO%20%E2%80%94%20Moradores%20de%20rua, prefeitura%20para%20limpeza%20do%20espa%C3%A7o>. Acesso em: 17 jan. 2021.

G1 (2015) GLOBO/G1. **Chacina da Candelária**: sobrevivente ainda tem pesadelos, diz irmã. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/chacina-da-candelaria-sobrevivente-ainda-tem-pesadelos-diz-irma.html>. Acesso em: 18 jan. 2021

GOIÂNIA. POP RUA 2019: **Censo e perfil da população de rua em Goiânia e Pesquisa sobre o trabalho realizado nas ruas de Goiânia**: mapeamento dos/as trabalhadores/as de rua de Goiânia. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Síntese das Informações Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resulta dos. Acesso em: 07 jan. 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil** (setembro de 2021 a março de 2020). Nota Técnica nº73, Disoc, junho de 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35812. Acesso em: 27 jun. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo, Centauro Editora, 2008.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. 121p. In. ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. **Visualizador de dados sociais**. MDS: Brasília, 2020. Disponível em: VIS DATA 3 beta (mds.gov.br). Acesso em: 10 dez. 2020.

MORAES, Antonio Carlos R. **Geografia**: pequena história crítica: São Paulo: HUCITEC, 1981.

Núcleo de Estudos sobre o Trabalho - NEST. **Trabalhadores/as de rua de Goiânia**. Goiânia, GO: NEST, 2019. Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Apoio Secretária Municipal de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas. Disponível em nest.trab.ufg@gmail.com. Acesso em: 08 jul. 2021.

PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. A Estética da Resistência: a cidade de plástico e papelão pelos moradores de rua. In: AJZENBERG, Elza. **Metáforas urbanas**: uma investigação de conteúdos. São Paulo: Programa Interunidades de Pós-Graduação em Estética e História da Arte, 2003.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, Milton. **Por Uma Economia Política da Cidade**. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

SARMENTO, Isabela Viegas Moraes. **A ineficácia das políticas públicas destinadas à população em situação de rua**. Rio de Janeiro: Lumes Juris, 2020.

SOUZA, Maria Angela de Almeida. **Abordagens recentes da pobreza urbana**. Mercator, Fortaleza, v. 17, e17020, 2018. DOI: https://doi.org/10.4215/rm2018.e17020. Universidade Federal do Ceará, 2018.

SPÓSITO, Eliseu S. **Geografia e filosofia**: contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 2007.

Sobre a autora

Jaquelinne Neves de Oliveira - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC-GO, mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás - Campus Cora Coralina.

Recebido para avaliação em janeiro de 2022
Aceito pra publicação em junho de 2022